

ENSINO DE TEATRO E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE

TEACHING THEATER AND TEACHER TRAINING POLICIES

Adilson Florentino

(CLA, UNIRIO)

Luiz Eduardo Marques da Silva

(CCH, UNIRIO)

Resumo

Este artigo tem como objetivo levantar uma reflexão em torno da temática concernente à formação docente em Teatro pelo viés das políticas públicas, bem como sugerir algumas competências que podem fundamentar o debate em torno da formação de professores de Teatro.

Palavras-chave | formação docente | políticas públicas | professores de teatro

Abstract

The objective of this article is to discuss the formation of theatre teachers and the public policies needed to improve the development of teachers education.

Keywords | teachers formation | public policys | theatre teachers

O tema da formação de professores de Teatro tem assumido uma especial significação no atual estudo dos pesquisadores que atuam no campo da pedagogia do teatro. O alcance da qualidade acadêmica na formação docente em Teatro não pode prescindir da análise de um conjunto de fatores sociopolíticos, econômicos e educacionais. Esta temática se insere numa rede de reflexão tecida por diferentes campos disciplinares. No cerne das múltiplas perspectivas que atravessam as reflexões em torno da formação do professor de Teatro assinalamos aquelas que dizem respeito ao campo político e, mais especificamente, ao campo preenchido pelas políticas de formação.

Os pontos de partida e de chegada deste trabalho reflexivo pretendem abrir um espaço de discussão e análise em torno da ausência de uma efetiva política de formação de professores de Teatro no âmbito das políticas públicas em educação. Assim sendo, a fim de propiciar uma melhor compreensão de nossa reflexão, inicialmente buscaremos circunscrever o campo das políticas públicas, a relação deste campo com o espaço educacional e conseqüentemente com a formação de professores de Teatro.

Embora alguns autores tendam a considerar as políticas públicas como programas de ação exclusivamente governamental, como é o caso de Comparato (1997), Bucci (2002) e Cristóvam (2005), nossa perspectiva tangencia-se com a abordagem de Rua (1997), Höfling (2001) e Lucchese (2002) na medida em consideramos as políticas públicas como conjuntos de decisões e ações que, conquanto possam advir ou possuírem suportes em procedimentos governamentais, são (ou podem vir a ser) operacionalizadas tanto por instituições estatais como também através de organizações da sociedade civil com o objetivo de buscar soluções e/ou respostas a demandas oriundas seja da sociedade como um todo ou de segmentos específicos.

Neste sentido, o campo educacional que se apresenta como uma demanda universalizada das sociedades contemporâneas encontra-se inquestionavelmente inserido no espaço delineado das políticas públicas. E, conseqüentemente, todas as questões que se levantam, para o desenvolvimento e aprimoramento de aspectos específicos da educação, por setores a ela vinculados ou pelo conjunto da sociedade, ou ainda por segmentos desta, têm que buscar respostas na concepção e implementação de políticas públicas em educação na esfera de sua respectiva peculiaridade. E é, a partir da consignação da especificidade da formação de professores de Teatro, como questão que se apresenta ainda sem propostas que efetivamente tragam soluções aos problemas que hoje se apresentam aos cursos de licenciatura a ela destinados, que norteamos nossa reflexão.

A principal vertente que põe em ação a nossa reflexão parte de uma visão inter/transdisciplinar dos saberes que redimensionam a lógica de construção do conhecimento e seus processos de reprodução, ressignificando a prática do professor de Teatro como um espaço de diversidade, do exercício do pensamento, da problemática e transformação da teoria.

No bojo da consideração da perspectiva crítica da pedagogia do teatro reside a pressuposição de que o professor em formação construirá e reconstruirá os seus saberes, questionará as suas verdades implícitas, promovendo a reflexão e a auto-reflexividade de suas próprias práticas e colocando no centro da dúvida as suas certezas pedagógicas. O que está sendo assinalado nessa pressuposição é o potencial crítico do pensamento prático dos professores de Teatro.

A prática docente em Teatro constitui uma prática social atravessada por múltiplas determinações macro e micro contextuais de ordem histórica, social, política e cultural, bem como se situa como uma prática de alta complexidade. Entre os pontos de contradição ainda não abordados em profundidade no sistema educacional brasileiro se encontra a emergência de um projeto de formação de professores de Teatro para a educação básica.

As idéias aqui apresentadas de forma sumária estão fundamentadas na nossa experiência profissional como responsáveis pela formação inicial e continuada de professores no âmbito dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. A ausência de um projeto de formação de professores que contemple os novos avanços sobre o ensino de teatro no currículo escolar requer a atenção cuidadosa do exame do espaço sociocultural que o teatro pode exercer no processo de escolarização.

Portanto, torna-se urgente a elaboração de propostas relativas aos cursos de licenciatura em Teatro que estabeleçam as competências para professor de Teatro a partir do capital estético e epistemológico que dará constituição ao seu itinerário formativo. No espaço dialógico sobre a questão em pauta, apresentamos as seguintes competências, de caráter geral, que devem participar do processo de formação inicial do professor de Teatro e que não integram as competências inseridas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Teatro. Ei-las:

01. Domínio dos conhecimentos teatrais a partir de uma perspectiva estética e de seu conhecimento como um eixo fundamental do processo de ensino-aprendizagem.
02. Domínio da organização curricular dos conhecimentos teatrais.

03. Capacidade para a análise, interpretação e avaliação dos conhecimentos teatrais dos estudantes através do conjunto de suas práticas, saberes e produções cênico-dramatúrgicas.

04. Capacidade de gestão dos conteúdos teatrais no processo de aula.

No que diz respeito à especificidade do saber teatral, apresentamos as seguintes considerações:

01. Articular os conteúdos do conhecimento teatral com os fenômenos estéticos que os originam, reconhecendo os eixos formativos implicados em situações cotidianas e em situações que procedam de outros campos artísticos e disciplinares.

02. Conhecer as diferentes teorias de aprendizagem do conhecimento teatral.

03. Selecionar critérios e procedimentos específicos para a avaliação do conhecimento teatral.

04. Utilizar diferentes recursos e materiais e saber empregá-los no ensino de teatro.

05. Promover o potencial cênico-dramatúrgico dos estudantes.

06. Habilidade para organizar, selecionar e sistematizar os objetivos e conteúdos do currículo do teatro na educação básica.

07. Capacidade para analisar os processos de criação teatral.

08. Habilidade para elaborar instrumentos de avaliação das práticas e teorias do teatro na educação básica.

09. Capacidade para realizar a análise didática dos temas relacionados ao teatro no contexto escolar.

10. Capacidade para analisar e avaliar propostas e materiais didáticos nas aulas de teatro.

11. Habilidade para utilizar novos recursos tecnológicos nos processos de ensino-aprendizagem do teatro.

Igualmente, cabe ao professor de Teatro conhecer a história, a estética e a epistemologia do conhecimento teatral em sua profundidade e extensão, principalmente sobre os temas e conteúdos relacionados com o currículo da educação básica e com os problemas derivados do ensino de teatro.

O desenvolvimento das competências e considerações acima mencionadas deve constituir um importante agente estruturador de um projeto de formação docente em Teatro capitaneado por uma política pública entendida em função de seus diferentes modos de intervenção na construção da consolidação do ensino desse saber-fazer artístico.

Referências

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito Administrativo e Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2002.

COMPARATO, Fabio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 86, n. 737, mar 1997.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 797, set 2005.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Caderno Cedes, Campinas, ano 21, n. 55, nov. 2005.

LUCCHESI, Patrícia T. R. Políticas Públicas em Saúde Pública. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, 2002.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. Washington: Indes/BID, 1997, mimeo.

ADILSON FLORENTINO é professor Doutor em Teatro da Escola de Teatro e do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

ADILSON FLORENTINO, PhD is a Theater Professor for the School of Theater and Scenic Arts Post Graduation Program at the Rio de Janeiro State Federal University – UNIRIO.

LUIZ EDUARDO MARQUES DA SILVA é Professor Doutor em Educação da Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

LUIZ EDUARDO MARQUES DA SILVA, PhD is a Professor of Education at the Rio de Janeiro State Federal University – UNIRIO.